

Quem cria os ‘criadores’? Notas sobre os processos de (des)legitimação social da escritora Carolina Maria de Jesus

Hosana dos Santos Silva*

<https://orcid.org/0009-0001-3170-4356>

Resumo: Neste estudo, apresentamos uma análise linguístico-discursiva das formas de representação da escritora Carolina Maria de Jesus em textos publicados no jornal “O Estado de São Paulo”, entre 1960 e 1962. A partir da análise qualitativa dos processos de referenciação, observamos que as recategorizações do referente Carolina Maria de Jesus como “catadora de lixo”, “preta que saiu da favela”, entre outras, demonstram os valores dos grupos dominantes e a dinâmica do racismo, porquanto se estruturam pelo “olhar branco”. A pesquisa se desenvolve com base nos Estudos Críticos do Discurso e da Linguística Textual, em diálogo com as teorias de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. campo literário. referenciação. “olhar branco”.

Who creates the ‘creators’? Notes on the processes of social delegitimization of the writer Carolina Maria de Jesus

Abstract: In this study, we present a linguistic-discursive analysis of the ways in which the writer Carolina Maria de Jesus was represented in texts published in the newspaper “O Estado de São Paulo” between 1960 and 1962. Based on the qualitative analysis of the referencing processes, we argue that the recategorizations of the referent Carolina Maria de Jesus as “poor waste collector”, “black woman who left the favela”, among others, reflect the values of dominant groups and demonstrate the dynamics of racism, as they are structured through the “white gaze”. The research is developed based on Critical Discourse Studies and Textual Linguistics, in dialogue with the theories of Pierre Bourdieu.

Key-words: Carolina Maria de Jesus. literary field. referencing. “white gaze”.

¿Quién crea a los ‘creadores’? Notas sobre los procesos de deslegitimación social de la escritora Carolina Maria de Jesus

Resumen: En este estudio, presentaremos un análisis linguístico-discursivo de las formas de representación de la escritora Carolina Maria de Jesus en textos publicados en el periódico “O Estado de São Paulo”, entre los años 1960 y 1962. A partir del análisis cualitativo de los procesos referenciales, observamos que las recategorizaciones del referente Carolina Maria de Jesus como “pobre recolectora de basura”, “negra que salió de la villa”, entre otras, reflejan los valores de los grupos dominantes y demuestran las dinámicas del racismo, ya que se estructuran a través de la

*Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Letras (Linguística) da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: hosana.santos@unifesp.br.



“mirada blanca”. La investigación se desarrolla con base en los Estudios Críticos del Discurso y la Lingüística Textual, en diálogo con las teorías de Pierre Bourdieu.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus. referenciación. campo literario. “mirada blanca”.

Introdução

Em 27 de abril de 1961, o jornal *O Estado de São Paulo* (ESP) publicou uma reportagem sobre a estreia da peça *Quarto de Despejo*, da dramaturga Edy Maria Dutra da Costa Lima. Tratava-se de uma adaptação do Diário de Carolina Maria de Jesus, encenada no teatro Bela Vista, em São Paulo, com a atriz Ruth de Souza no papel principal. Naquele momento em que a obra *Quarto de Despejo* conquistara o título de ‘best seller’, a peça visava cumprir a função sociocultural de tratar os problemas reais da sociedade, sensibilizando o público. Nas palavras de Edy Lima:

Entre os pontos ressaltados no que se denomina “a crise do teatro” consta sempre o do afastamento da plateia, o da indiferença do público pelo que os teatros lhe oferecem. Sabemos que isso é um mal, pois o teatro deve preencher uma função cultural e pedagógica, como ocorreu sempre que ele esteve vivo. O primeiro passo é trazer para o palco os problemas verdadeiros que possam eletrizar a plateia, fazê-la discutir e, portanto, tomar posição. Que caminho melhor para obter-se esse resultado do que uma história verdadeira, vivida por quem a escreveu e que é ao mesmo tempo um levantamento sociológico da favela, como acontece com “Quarto de despejo”? [...] (ESTREIA [...], 1961, p. 12).

A reportagem apresenta uma subseção intitulada “Opinião de Carolina”, forjando um diálogo, ainda que assimétrico, entre a dramaturga e a escritora¹. De acordo com o texto, Carolina mostrou-se emocionada com o ensaio e referiu-se ao espetáculo como cópia fiel de sua vida na favela do Canindé. Em suas palavras, Ruth de Souza teria representado magnificamente o pavor que ela sentia quando residia naquele “núcleo degradante”:

[...] A cena com o cigano está real. A cena, digna de louvor, quando vou ao Juizado de Menores retirar o dinheiro que o pai da Vera dá todos os meses, e não encontro. E a Ruth revela com voz amargurada: Ele é rico... e me dá só 250,00 por mês. E a menina que representa a Vera azucrinando os seus ouvidos: Eu quero sapatos! Eu quero sapatos. Os meus filhos foram ver os ensaios, identificaram as cenas. Quando o João foi ao Juiz. - A peça é cômica, dramática e chocante. E vai agradar o público culto de São Paulo. (ESTREIA [...], 1961, p.12).

¹ Trata-se das considerações de Carolina sobre o programa do espetáculo.

Na reportagem, os comentários de Edy Lima precedem os de Carolina, revelando uma visão de mundo que expressa as práticas, saberes, injunções e interesses de um grupo social distinto daquele a que pertencia a escritora. Naquele contexto sócio-histórico, em que poucos brasileiros acessavam a arte legitimada e legitimadora, o ‘saber dizer sobre o teatro’ (com suas crises e complexidades) localiza socialmente o corpo político de quem diz em um conjunto delimitado de quem detém o direito de dizer. Depreende-se do texto que Edy Lima realmente acreditava que seria possível levar ao palco algumas verdades sobre Carolina Maria de Jesus, para educar o público, para conduzi-lo à reflexão e à tomada de posição. De outra parte, Carolina é apresentada como alguém que percebe a peça não somente como a criação de um entreccho ancorado em seu diário, mas como uma leitura de sua trajetória, que agradaria os grupos ‘cultos’ paulistas, ainda que estes desconhecem os nomes, as tradições, as culturas, as lutas dos grupos minorizados. Nesse sentido, o lócus enunciativo de Carolina se manifesta como um contraponto em relação a quem ‘quer ver a favela e o corpo favelado’.

Fica claro que nem a peça “Quarto de despejo”, nem a reportagem sobre a estreia da peça visavam à população favelada, mas aos membros das classes média e alta, caso contrário seria injustificada a generalização proposta por Edy Lima sobre a indiferença da plateia em relação as desigualdades que distinguem a sociedade brasileira. Ergue-se, assim, uma divisão hierárquica entre a escritora (e o que ela representa) e o público a quem a peça e a reportagem se destinam. Esse é um ponto especialmente relevante para a análise, pois, conforme propõe Van Dijk (2005, p. 14-15), “[...] a todos os níveis do discurso em geral, e na notícia em particular, as ideologias são tipicamente expressas, implementadas ou acionadas pelas manifestações da polarização entre grupos: Nós vs. Eles”.

Assinalado esse ponto inicial, este estudo, orientado pelos pressupostos dos Estudos Críticos do Discurso (VAN DIJK, 1993, 2005, 2012, 2015, 2021), visa à análise das formas de representação da escritora Carolina Maria de Jesus em textos publicados no jornal “O Estado de São Paulo”, entre 1960 e 1962. Para desdobramento da discussão, investigamos, à luz da Linguística Textual (MONDADA; DUBOIS, 2003; CAVALCANTE, 2011), os processos de referenciação, notadamente as estratégias de recategorização do

referente Carolina Maria de Jesus, tecendo reflexões sobre as crenças e orientações ideológicas de seus produtores. Argumentamos que os textos analisados se inserem em um amplo conjunto de produções jornalísticas resultantes do “olhar branco colonial” (cf. YANCY, 2016; MUSILA, 2017; MBEMBE, 2020; PAILEY, 2020²) lançado sobre a escritora e sobre sua obra, contribuindo para sua deslegitimação no campo literário. “Olhar branco” é um conceito que ganhou destaque entre escritores(as) negros(as) americanos(as), nas reflexões de Toni Morrison, para explicar os princípios das dominações racistas. De uma perspectiva teórica, diz respeito a tomar a branquidade como padrão normativo a partir do qual todos os não-brancos devem ser observados e julgados (YANCY, 2016; MBEMBE, 2020; PAILEY, 2020). Conforme propõe Yancy (2016, p. xv), esse conceito, definido como um fenômeno histórico continuado, inserido em um contexto social e político mais amplo de benefício social concedido aos grupos brancos, pode nos ajudar a evidenciar a dinâmica relacional formativa da branquidade e seus significados encobertos nas práticas cotidianas.

Nessa proposta interdisciplinar, para uma abordagem que contemple ao menos alguns aspectos do universo de produção cultural, articulada às experiências sociais dessa escritora, mobilizamos, ainda, o conceito de campo literário de Pierre Bourdieu (1993, 1996, 2006).

Caminhos teóricos e metodológicos

A ancoragem nos Estudos Críticos do Discurso se justifica pela possibilidade de investigação da reprodução discursiva do abuso de poder, da dominância e da desigualdade social e das resistências discursivas às formas de dominação, conforme propõe Van Dijk (1993, 2005, 2012, 2015). É especialmente importante, nessa abordagem, a postulação da dimensão cognitiva da interação e das práticas discursivas individuais, porque é capaz de esclarecer o modo como as estruturas discursivas e as estruturas

² Pailey (2020) discute, especificamente, “olhar branco” do desenvolvimento. Acreditamos, entretanto, que suas reflexões contribuem para o encaminhamento das discussões propostas aqui.

sociais, distintas em sua natureza, estão relacionadas por meio de representações mentais de usuários da linguagem (VAN DIJK, 2012, 2015). Embora, conforme o autor, a triangulação entre discurso, sociedade e cognição só possa ser concebida como metáfora analítica das macro dimensões dos estudos críticos, a combinação das dimensões cognitiva e social permite a análise do discurso em termos estruturais (gramaticais, estilísticos *etc.*) e também em termos microssociológicos, no nível das interações contínuas e práticas socioculturais dos grupos dominantes, como um evento mental (interpretação, memorização) e como expressão de cognições gerais do grupo (atitudes e ideologias) (VAN DIJK, 1993).

Ademais, considerando os objetivos desse estudo, a análise dos processos de referenciação, com base em Mondada e Dubois (2003) e Cavalcante (2003, 2011, 2013), pode nos oferecer pistas fundamentais para identificação das crenças sociais e ideológicas dos enunciadores. O pressuposto de base é o de que os referentes textuais não são representações do mundo real, mas realidades abstratas, imateriais, de natureza sociocognitiva e discursiva. Dessa perspectiva teórica, os referentes são observados como categorias instáveis, flexíveis, variáveis, socialmente construídas, negociadas e modificadas na/pela interação (MONDADA; DUBOIS, 1995). Conforme observa Cavalcante (2011), é a instabilidade dos referentes que confere a possibilidade de atualização dos significados, em processos que envolvem sua categorização e/ou recategorização, em uma dada situação social. Esse aspecto é especialmente importante para este estudo, porquanto trabalhamos com a hipótese de que, na maioria dos textos analisados, as transformações sofridas pelo referente “Carolina Maria de Jesus” se apresentam como estratégias textual-discursivas empregadas para enfatizar propriedades constituídas no discurso como negativas e incompatíveis com o ofício de escritora.

Vale esclarecer que, nessa proposta investigativa, consideramos a metodologia de análise qualitativa dos processos de referenciação. O *corpus* foi coletado no acervo digital do jornal “O Estado de São Paulo”, com auxílio de ferramenta de busca por palavras-chave e por data. Inserimos no buscador as palavras “Carolina Maria de Jesus” (e formas reduzidas), e selecionamos as páginas contendo textos com referência direta à escritora, publicados entre 1960 e 1962. Convertemos os documentos selecionados para

o formato PDF, totalizando vinte textos, entre notícias, reportagens, resenhas, artigos. Após a leitura e transcrição integral dos textos, procedemos à identificação e análise dos processos referenciais, focalizando duas categorias: a introdução referencial e a anáfora correferencial.

Por fim, o conceito de campo, de Pierre Bourdieu, aqui retomado com alguma liberdade, visando a sua integração à dimensão discursiva, nos parece essencial para as discussões sobre as relações entre as formas de representação de Carolina Maria de Jesus no jornal “O Estado de São Paulo” e sua inscrição no campo literário, facultando a abordagem da dimensão relacional do espaço em que Carolina se situa. Nessa proposta teórica, o campo pode ser definido como uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo *etc.*) entre posições distintas e socialmente estruturadas (BOURDIEU, 1996). Postula-se que tanto as posições dos agentes quanto a distribuição dos capitais disponíveis e dos lucros dependem da estrutura do campo.

Desse modo, uma análise do campo literário, enquanto espaço de produção artística, formado sobretudo por literatos, deve observar não somente a “[...] topologia social [...]” do campo e o *habitus* que orienta a conduta, as estratégias e as representações dos diversos agentes que o integram, mas as suas relações com o campo de poder (WACQUANT, 2005, p. 118)³.

Um ponto crucial, ressaltado por Bourdieu (1993, 1996, 2006), diz respeito à relativa autonomia do campo de produção artística, cujas regras para seleção e consagração são específicas e, por vezes, escapam à lógica do mercado econômico, ainda que lhe recaia a pressão exercida pelo mercado. Conforme observou Sapiro (2016), o que se propõe é a prevalência do valor estético da obra sobre o valor de mercado e, ainda, a imposição do julgamento dos especialistas (pares e críticos) como o único legítimo. Nesse sentido, para além das condições constitutivas do campo, que autorizam a hierarquização dos agentes sociais, é especialmente importante conhecer e reconhecer o modo como o campo produz produtores legítimos. Dito de outro modo, a questão a ser formulada é: ‘quem cria os criadores?’ (BOURDIEU, 2006). Se questionarmos o

³ Wacquant (2005) discute o campo de produção artística, de modo geral, e não somente o campo literário.

campo literário brasileiro (do passado e do presente) e levarmos a sério suas implicações sociais, poderemos compreender melhor os mecanismos de deslegitimação social da escritora Carolina Maria de Jesus.

Convém esclarecer que, como escaparia ao escopo deste estudo traçar uma tipologia da estrutura interna do campo literário brasileiro contemporâneo, seguiremos os pesquisadores que abordaram a educação literária e o cânone literário escolar (DE SÁ, 2019, 2021), “o jogo de forças” no campo literário, formado, predominantemente, por homens brancos (DALCASTAGNÊ, 2012, 2014) e o surgimento de vozes socialmente minorizadas na literatura (PENTEADO, 2016; QUADROS, 2018).

Colocações e deslocamentos no espaço social de Carolina

A história de Carolina Maria de Jesus certamente não se inicia em 1960, com a publicação de “Quarto de Despejo”, todavia esse é um marco em sua trajetória, porque possibilitou sua ascensão social e inserção no campo literário. A obra, reimpressa sete vezes no ano de seu lançamento e traduzida para catorze línguas, tornou-se *best-seller* em diversos países. Pelo que se depreende das páginas do jornal “O Estado de São Paulo”, as elites brasileiras não esperavam tanto dessa escritora negra, natural de Sacramento, nascida em data incerta, provavelmente em 14 de março de 1914⁴, embora conste em sua certidão de batismo a data de 06 de outubro de 1915 (CASTRO; MACHADO, 2007). Ainda que essa inexatidão seja observada como simples erro no documento batismal, ou se justifique pela regularização tardia do sistema de registro brasileiro⁵, é sempre necessário lembrar que a ausência de assento de nascimento de pessoas negras (ou seu registro extemporâneo) têm raízes históricas, relacionadas aos processos de inviabilidade a que esses sujeitos estiveram submetidos durante todo o período de

⁴ A certidão foi lavrada somente em 18 de agosto de 1934, a pedido da própria Carolina (CASTRO; MACHADO, 2007). Segundo Farias (2018), a data registrada na certidão de batismo é somente um erro.

⁵ Castro e Machado (2007) chamam a atenção para esse fato. É importante notar que o Decreto nº 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, é a primeira norma a propor a aglutinação de todo o sistema registral brasileiro (BRASIL, 1924). O processo consolidou-se somente após a promulgação do Código Civil, em 1916.

escravidão e mesmo após a abolição. Dito de outro modo, a imprecisão do registro civil de Carolina pode ser observada como elemento indiciário das condições de desigualdade social e racial gestadas no Brasil pós-escravista.

Com efeito, no primeiro quartel do século XX, a população negra brasileira ainda vivenciava o processo de busca pelo trabalho livre, pelo acesso à moradia, pela efetiva integração social. Era um momento em que os líderes políticos e intelectuais brasileiros, ainda orientados pelo cientificismo racialista e racista e, mesmo por isso, afeitos à imigração europeia, buscavam equilíbrio entre um projeto de modernização autoritário, conduzido pelo estímulo ao branqueamento da população negra, e os desequilíbrios sociais e econômicos acarretados por essa proposta política (cf. SKIDMORE, 2003). Não é sem motivo que boa parte dos historiadores aponta a política de branqueamento como ponto-chave para interpretação das relações sociais e étnico-raciais no Brasil (cf. SCHWARCZ, 2008; HOFBAUER, 2003; DOMINGUES, 2002).

Dentre os dados biográficos observados como significativos, talvez maior ênfase tenha recaído na escolarização, inclusive para justificar uma representação negativa da escritora⁶, que frequentou a escola somente por dois anos e, muito cedo, passou a trabalhar em fazendas ou como empregada doméstica, aqui e ali, como era frequente entre as meninas negras e pobres nas primeiras décadas do século XX. Castro e Machado (2007, p. 23) afirmam que esse foi um período de “[...] deambulação compulsiva”, com duração de cerca de dez anos, em que a escritora se mostrava incapaz de permanecer em um trabalho contínuo, onde pudesse progredir. Todavia, pouco se pode dizer sobre continuidade e progressão nesse momento histórico em que a estimativa de vida ficava abaixo de 40 anos (cf. CORRÊA; MIRANDA-RIBEIRO, 2017; IBGE, 2020)⁷ e a população negra apresentava os piores indicadores de qualidade de vida (HASENBALG; SILVA, 1999; CARVALHO, 2004).

O período de “deambulação” corresponde, portanto, à infância e à adolescência da escritora, marcada pelo trabalho mal remunerado, pela instabilidade, privação e

⁶ cf. Pedroso (1960).

⁷ Esse quadro começa a mudar somente a partir de 1940, com os avanços da medicina incorporados às políticas de saúde pública.

violência. A experiência cotidiana de desigualdade levava ao deslocamento, nas muitas formas de luta pela sobrevivência.

Carolina mudou-se para São Paulo, em 1937, e depois viveu por cerca de dois anos no Rio de Janeiro⁸, entre 1940 e 1942 (FARIAS, 2018). Em *Diário de Bitita*, entre memórias, criações e reflexões sobre a infância, a escritora lança um certo olhar sobre esse período, deixando a descoberto os desequilíbrios e contradições de uma sociedade constituída pela profunda divisão, em todas as esferas sociais, entre a população negra e a população branca, apesar da emergência de múltiplas vozes antirracistas (VAN DIJK, 2021).

Dito de outro modo, em que pesem as singularidades deste contexto sociopolítico, pode-se acusar a continuidade histórica dos processos de exclusão das pessoas negras em todas as esferas da vida social brasileira. Na década de 1930, observa-se o acentuamento da ideia, aprimorada pelos estudos de Gilberto Freyre, de que haveria harmonia racial no Brasil (cf. GOMES, 1996; GUIMARÃES, 2002). Ainda que na década de 1940, ecoasse, entre parte dos políticos e intelectuais, um discurso ambíguo, que negava a existência de raças superiores e inferiores, sustentava-se a ideia de que as culturas de negros e indígenas eram socialmente atrasadas, devendo ser eliminadas com o fim de “[...] melhorar a população” (RENK, 2014, p. 225). No campo propriamente político, o regime varguista reiterava as políticas de branqueamento, materializadas em projetos de imigração orientados por princípios eugenistas, conformando um quadro social de favorecimento ao imigrante branco europeu, ainda reputado como agente civilizador (HOFBAUER, 2003; KOIFMAN, 2012; VAN DIJK, 2021). Conforme se vê, a racialização, enquanto fenômeno social e instrumento político de dominação, continuava a pautar as relações sociais. Retomando as palavras de Hasenbalg (1982):

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (HASENBALG, 1982, p. 89-90).

⁸ Conforme Farias (2018), o período no Rio de Janeiro não foi registrado em sua obra, mas, pelo que se pode depreender da entrevista publicada no jornal “A Noite”, em 09/01/1942, é provável que Carolina tenha chegado à cidade em meados de 1940 e lá permanecido até 1942.

Já naquela época, Carolina percorria as redações dos jornais visando publicar sua poesia, não obstante a hostilidade racista e sexista que historicamente excluiu mulheres negras e pobres dos meios intelectuais.

A mudança de Carolina para favela do Canindé ocorreu somente em 1947, em um contexto amplo de intensificação da migração interna, de concentração populacional nas áreas urbanas, combinada com um excedente de trabalhadores informais e agravamento da estratificação da força de trabalho e baixos salários (HASENBALG; SILVA, 1999; SKIDMORE, 2003). Em São Paulo, o avanço de um processo de urbanização desordenado e a crescente favelização agravou as desigualdades. Um ponto importante, sublinhado por Skidmore (2003), é que os habitantes das favelas, embora em grande parte trabalhadores domésticos, muitas vezes são vistos por parte das classes média e alta como criminosos em potencial e, portanto, como ameaça.

Nos últimos anos da década de 1950, quando finalmente os textos de Carolina passam a ser publicados na “Folha da Noite”, com edição de Audálio Dantas, as condições de sobrevivência em São Paulo ainda não eram melhores para a maior parte da população, todavia a desigualdade andava mascarada pela ideia de desenvolvimento. Para Medeiros Silva (2010, p. 109), em uma época em que a cidade de São Paulo era mostrada pelos grupos sociais e culturais economicamente poderosos como exemplo de progresso e modernidade, “Quarto de Despejo” ecoou como uma espécie de contraponto, “[...] expondo uma fisionomia da metrópole de São Paulo vista pelo lado mais pobre e desprivilegiado”, sem conter as críticas aos políticos, à ideologia do progresso e, também, aos grupos que habitavam as favelas.

Nesse tempo, a imprensa, imersa em seus próprios projetos, passou a evocar o epíteto favelada para se referir à escritora (MEDEIROS SILVA, 2010; FARIAS, 2018), quer em discursos de rebaixamento, quer em discursos de suposta exaltação. Com efeito, a favela foi de tal modo sobreposta à imagem de Carolina que sua saída do Canindé, em 1961, foi noticiada com estardalhaço pela imprensa (cf. MEDEIROS SILVA, 2010; FARIAS, 2018). Note-se que, na ocasião, a escritora adquirira um sobrado em Santana, mas alguns membros da imprensa se referiam à casa de padrão médio como um “barraco”. Entretanto, isso não vale por dizer que Carolina tenha aceitado esse estereótipo

(FERNANDEZ, 2019). Na verdade, sua trajetória evidencia os distanciamentos sociais entre ela e seus pares. Nas palavras de Meihy e Levine (2015, p. 27), “Carolina cultivava ser uma solitária, desvinculada da maioria dos demais vizinhos ou grupos”.

Nos anos seguintes, a escritora, já afastada das mídias, procurou publicar novas obras, todavia, jamais alcançou o mesmo sucesso de “Quarto de Despejo”. Carolina faleceu em 13 de fevereiro de 1977, deixando um importante legado.

Essa sequência de acontecimentos significativos, aqui apresentados como parte da história de vida de Carolina, talvez reforce a propensão de buscar os sentidos de seus movimentos em sua biografia. Mas é necessário evitar essa projeção ideológica, sob o risco de reduzir a autora e sua obra a uma circularidade do tipo: ela escrevia sobre a favela porque era favelada. Como bem observou a escritora Helena Silveira, “[...] a vida podia doer no peito de Carolina Maria de Jesus e ela gritar de noite a fazer apenas grito e não literatura [...]” (SILVEIRA, 1960 apud MEDEIROS SILVA, 2010, p. 114). Isso é outro modo de dizer que os acontecimentos biográficos não confinam a escritora em nenhum projeto político pré-definido e não determinam seu projeto literário. Nesse sentido, Meihy e Levine chegam a afirmar que Carolina não se apresentava como esperavam e que “suas atitudes confundiam”, mesmo por isso, no campo político, nem a esquerda nem a direita brasileira a apoiaram de maneira linear: para os primeiros, seu discurso não era suficientemente incisivo para provar as teses das lutas de classe e, para os segundos, seus “[...] testemunhos incomodavam o pressuposto da pobreza domesticada” (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 22).

Todavia, a nosso ver, o que confundia os interlocutores de Carolina, especialmente aqueles pertencentes às classes médias e altas, não eram suas atitudes, mas o confronto entre a ideia socialmente marcada de escritor-a (ou de intelectual) e seu corpo de mulher-negra-pobre, muitas vezes concebido como desprovido de inteligência, e permanentemente exposto à avaliação negativa.

Escritora é quem escreve? Representações de Carolina na imprensa brasileira

Em 25 de fevereiro de 1940, Willy Aureli publicava no Jornal “Folha da Manhã” uma reportagem intitulada “Carolina Maria, poetiza preta”, acrescida do subtítulo “Versos que falam ao coração dos humildes – Ninguém a leva a sério”. Na ocasião, o jornalista e sertanista, fazendo uma descrição peculiar da escritora, afirmou que ela surgira nos umbrais da redação, exibindo alguns poemas, ótima dicção e um sorriso que era “um raio de luz em tamanhas trevas”. Da mesma forma, em entrevista publicada no jornal “A Noite”, em 10 de janeiro de 1942, a escritora foi descrita como “uma mulher alta, esguia, cor de pixe”, de dentes sólidos e alvos, uma “espécie de cartão de visita verbal” e também “uma criatura estranha”, cujo olhar apresentaria “o brilho singular e sintomático das pessoas de espírito inquieto e perscrutador.” (A Noite, 10/01/1942 *apud* Farias, 2018, p. 116). Na ocasião, Carolina falou sobre sua poesia, sobre suas desilusões como poeta, explicitando os desafios para sua inclusão no campo literário.

Para além da ênfase em sua aparência, procedimento que parece comum quando se trata de apresentação de pessoa negra, as reportagens deixam ver que Carolina não foi “inventada” ou “descoberta” em 1960, mas, na época de lançamento de “Quarto de Despejo”, já era uma escritora experiente (FARIAS, 2018) e profícua (PENTEADO, 2016). Mesmo após 1960, não obstante o inegável impacto social de “Quarto de Despejo”, boa parte da crítica questionou não somente o valor literário da obra, mas o status de Carolina como escritora.

Note-se, nesse sentido, que Braulio Pedroso, em texto publicado em 30 de setembro de 1960, afirmou que a obra “Quarto de despejo” não passava de um documento cujo valor residia “no testemunho vívido e chocante da miséria”. Segundo o autor, seria “[...] ridículo e mesmo fora de qualquer cogitação mais séria pretender literatura nas anotações diárias de Carolina Maria de Jesus”. Isso porque a escritora, com pouca escolarização, sem “[...] domínio da técnica, do artesanato, da sedimentação cultural exigidos do escritor[...]”, escrevia na pausa de sua miséria, “[...] entre o catar do lixo e o desespero das crianças” (PEDROSO, 1960, p. 41). Também nessa direção, Delmiro Gonçalves, em texto intitulado “Amargura, consolo, rispidez, num original da favela”,

publicado em 09/09/1960, analisa a literatura de Carolina como “[...] relato ingênuo, às vezes, pernóstico, mas repassado sempre de profundo sentimento humano”, de uma mulher preta e favelada que, “[...] na linguagem incorreta e na má ortografia dos pouco instruídos [...]”, descreve uma realidade dura e cruel.

Esses discursos sobre Carolina são constantemente reiterados, o que contribui para incrementar a desvantagem da escritora na luta da concorrência (nos termos de Bourdieu, 1996). Conforme observou Medeiros Silva (2010, p. 114), em se tratando da autora de “Quarto de Despejo”, o estatuto de escritora “[...] sempre esteve em suspensão e disputa acirrada”. Entre críticos e jornalistas, a maioria manifestou-se contrária à sua consagração no campo literário, afirmando que Carolina não passava de “[...] produto de um acaso, ou fruto de golpe publicitário, explorada ingenuamente”.

De modo geral, as avaliações, apreciações ou julgamentos da obra de Carolina, realizados pelos diversos sujeitos, apoiam-se em um conjunto de critérios que não se revelam com clareza, mas que expressam os valores dos grupos dominantes. A referência à escrita em desacordo com a norma convencionada talvez seja a manifestação mais explícita desses valores, organizando-se em torno de oposições (nos termos de Bourdieu & Saint-Martin, 2007) como correta ou incorreta, culta ou inculta, pernóstica ou ponderada, ingênuo ou culturalmente sólida, as quais referem, ao mesmo tempo, o grupo social a que pertence a escritora e os julgadores, dispostos em polos opostos.

É evidente que, nesse caso, permanece no centro da discussão a relação interseccional entre raça, classe, gênero e língua, que não pode ser apagada quando se trata de princípios de exclusão social no Brasil. A discriminação que afeta a língua (e o sujeito que usa a língua) foi analisada por Flores e Rosa (2020) como ideologia linguístico-racial, que associam a raça à deficiência linguística, isto é, produzem sujeitos racializados e os observam como linguisticamente anormais, mesmo quando suas práticas linguísticas correspondem aos modelos convencionados. De acordo com os autores, isso também se faz como consequência do olhar branco, que avalia negativamente as práticas linguísticas e culturais das comunidades racializadas. Analisando as condições de produção linguísticas no Brasil, Nascimento (2019) estende a discussão, observando que:

[o] chamado preconceito linguístico, que aqui abordaremos também como produzido como preconceito racial na linguagem, se dá por meio de uma ampla campanha patrocinada pela grande imprensa e pelos grupos de poder do país. [...] O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. O fato da maioria dos brasileiros (ou seja, as pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística tem razão de ser diretamente implicada por políticas linguísticas impostas para populações afro-brasileiras e indígenas (NASCIMENTO, 2019, p. 14).

Permanecem no centro da discussão, portanto, as relações sobre raça, classe, gênero e língua, as quais não podem ser apagadas quando se trata de princípios de exclusão social no Brasil.

Conforme propõe Van Dijk (2005, p. 258), além dos estereótipos e preconceitos ideológicos, é possível identificar estereótipos 'textuais' nas formas de descrição das minorias. De modo geral, toma-se como estratégia propor "auto-apresentação positiva" e "outra-apresentação negativa". Nesse sentido, uma análise dos processos referenciais ajuda a compreender os distanciamentos entre o lugar social ocupado por Carolina e o lugar de produção do jornal "O Estado de São Paulo", bem como o modo próprio como essa imprensa representou a escritora. Focalizamos, nesse sentido, duas categorias: a introdução referencial e a anáfora correferencial, conforme exposto na segunda seção deste estudo.

Sem pretender uma análise exaustiva do *corpus*, observamos, em nove textos, o uso de expressões que descrevem o referente "Carolina Maria de Jesus" (ou suas formas reduzidas) como "pobre catadora de lixo", "pobre preta catadora", "preta que saiu da favela", "escritora favelada", conforme fragmentos apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1: Representações de Carolina Maria de Jesus no jornal O Estado de São Paulo

1	Da favela à Vila Buarque Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, constitui retrato das confrangedoras condições de vida nas "favelas" da nossa Capital.[...]. A autora fixou, no entanto, essa tragédia social com cores particularíssimas[...]. O livro distingue-se, porém, sobretudo pela presença humana que se depreende de cada página do "diário" em que Carolina Maria de Jesus anotou aspectos de sua via crucis.[...]. Nos momentos de maior tortura, a pobre catadora de lixo encontra, ainda, ânimo para registrar nos seus "cadernos" a beleza das nuvens de espuma branca [...]. (DA FAVELA [...], 1960, p. 16).
---	--

2	[...] Carolina de Jesus ainda é grande notícia. Este número publicamos, em reportagem, trechos de seu próximo livro e declarações da preta que saiu da favela levada pelo êxito de seu livro “quarto de despejo”, e foi morar numa casa de alvenaria [...]. (DIÁLOGO [...],1961, p. 39).
3	Milhares querem saber: como vive Carolina ? Como vive Carolina Maria de Jesus depois que “Quarto de Despejo” transformou-se em “bestseller” nacional, comentado em todo o mundo e já traduzido para varios idiomas? Que aconteceu àquela preta catadora de papéis que morava na favela do Canindé e hoje tem seu nome à porta de um dos teatros mais chiques de São Paulo? [...] (CARVALHAES, 1961, p. 43).
4	Amargura, consolo, rispidez, num original da favela “Era o ano de 1943”. Assim começa um caderno manuscrito de Carolina Maria de Jesus, autora de “Quarto de Despejo”, que traz no rosto o título “Favela”. Morando na favela, Carolina relata, na linguagem incorreta e na má ortografia dos pouco instruídos [...]. Esse manuscrito que me veio às mãos, relata as andanças de uma pobre preta acossada pela fome, pela polícia, pelos homens, e sua peregrinação [...]”(GONÇALVES, 1960, p. 46).
5	Carolina M. De Jesus esperada no Rio Rio, 22 (“Estado”) - É grande a expectativa, em todos os círculos cariocas, pela chegada ao Rio, na próxima semana, da favelada paulista Carolina Maria de Jesus, autora do já famoso livro “Quarto de Despejo”, cujos originais foram escritos em velhos cadernos e pedaços de papel apanhados nas ruas de São Paulo[...] (CAROLINA [...],1961, p. 10).

Fonte: A autora (2024)

No fragmento (1), o referente “Carolina Maria de Jesus”, irremediavelmente associado ao referente “favela”, introduzido no título do artigo, é retomado pela anáfora “a autora” e, em seguida, recategorizado como “a pobre catadora de lixo”. Nesse processo, o referente é inscrito discursivamente em um espaço social e geográfico de marginalidade, afastado do lugar de produção intelectual. Note-se que naquela sociedade (e até recentemente), o trabalho dos catadores não gozava de reconhecimento social, sendo observado como ocupação de caráter excludente e não como profissão. Nesse sentido, a escolha da expressão linguística “de lixo” contribui diretamente para a desvalorização da atividade e da própria escritora, porquanto, nesse discurso, o sentido de “lixo” é negativo, associando-se ao descarte e não à coleta, sempre em consonância com a formação discursiva e ideológica dos autores.

Nos fragmentos (2), (3) e (4) verificamos que, mesmo após o sucesso de “Quarto de Despejo”, os produtores optam por recategorizar o referente Carolina como “aquela preta catadora de papel que morava na favela do Canindé [...]”, “a preta que saiu da favela levada pelo êxito de seu livro “Quarto de Despejo” [...]”, “uma pobre preta acossada pela

fome, pela polícia, pelos homens...”. Note-se que, diferentemente do sentido produzido em “catadora de lixo”, a expressão “catadora de papel”, em (2), inscreve Carolina no ambiente do trabalho, mas a confina em um espaço-tempo que precede o lançamento de sua obra. Esse é um modo de negar-lhe o ofício de escritora, bem como seu acesso ao campo literário. Ainda nessa direção, o modificador “preta”, em todos os textos, deixa mais visível a camada racial que orienta as relações sociais brasileiras. Isso ocorre não porque, da perspectiva propriamente linguística, o signo “preta” carregue um significado negativo, como coisa em si, mas porque, nesse contexto, “preta” se inscreve no repertório do grupo dominante, como parte de uma terminologia colonial e racista, ligada à história de violência escravista (KILOMBA, 2019), manifestando-se como um signo da opressão da população negra (cf. NASCIMENTO, 2019).

Desse modo, podemos dizer que, naquele contexto sócio-histórico em que as elites políticas e econômicas ainda debatiam a integração das pessoas negras na sociedade, os referentes escolhidos expressariam a formação discursiva e ideológica do grupo dominante que, tomando a branquidade como norma, sustenta estereótipos sobre a escritora.

Nesse sentido, a opção pela anáfora “a favelada paulista”, no fragmento (5), seguida do nome próprio “Carolina Maria de Jesus”, empregado como apostrofo, não tem função identificadora, mesmo porque os leitores do jornal compartilhavam algum conhecimento a respeito do referente, construído como figura pública, mas visa sobrepor a favela, enquanto identidade, a qualquer outro aspecto da trajetória literária da escritora. Ademais, em dois textos, o referente é introduzido pelo nome “Maria Carolina de Jesus”, conforme exemplificado no fragmento (6), o que pode ser interpretado, com base nas pistas co(n)textuais, como uma estratégia argumentativa para negar unicidade ao referente, esvaziando-o do efeito de raridade necessário ao processo de legitimação (cf. BOURDIEU, 2005).

Quadro 2: Representações de Carolina Maria de Jesus no jornal O Estado de São Paulo

6	No Brasil, a mulher do ano foi Maria Carolina de Jesus, autora do “best seller” “Quarto de Despejo” . [...] Maria Carolina de Jesus alcançou notoriedade [...]. Morando na favela, Carolina registrou com riqueza de pormenores [...], o dia a dia amargo da sua gente. Ganhou fama e dinheiro. Saiu da favela. (Jaqueline [...], 1960, p. 36).
---	--

Fonte: A autora (2024)

Embora não seja nosso objetivo estender a análise, é importante observar que, em seis textos, os produtores empregam outras estratégias de referenciação para sustentar a ênfase na raça/etnia e classe/origem social da escritora, como a anáfora indireta com categorização de um novo referente, recategorização metafórica *etc*⁹. No mais, somente em quatro textos se observa a completa ausência de avaliações negativas ou estereotipadas sobre Carolina Maria de Jesus, conforme exemplificado no fragmento (7), em que o referente é introduzido por “escritora”, seguido do nome próprio, os quais são retomados nas linhas seguintes.

Quadro 3: Representações de Carolina Maria de Jesus no jornal O Estado de São Paulo

7	[...] A escritora Carolina Maria de Jesus esteve ontem na sede central da Ass. Cristã Feminina de S. Paulo [...]. / Coube à presidente da ACF, sra. Alda Marques Gonçalves, saudar a escritora . Em seguida, Carolina Maria de Jesus recebeu homenagem da jornalista carioca Elza Heloiza [...] A escritora agradeceu a homenagem recebida declamando depois duas poesias de sua autoria. (TARDE [...], 1960, p. 12).
---	--

Fonte: A autora (2024)

As formas de descrição do referente Carolina Maria de Jesus não devem ser interpretadas como simples registros de dados biográficos ou como relatos factuais, mas como produto de um projeto discursivo levado adiante por um grupo dominante. Associar a escritora ao lixo é uma escolha, orientada por ideologias, crenças e valores desse grupo, e visa a sua inferiorização. Nesses discursos, a opinião dos produtores dos textos tem valor de notícia e, conforme observa Van Dijk (2012, pp.13-14), tem o potencial de influenciar as mentes (intenções, planos, conhecimentos, crenças) dos leitores.

Retomando os resultados da investigação de Medeiros Silva (2010, p. 115), que engloba diversos periódicos publicados entre 1960 e 1977, verificamos que os jornais, de modo geral, jamais deixaram de se referir a Carolina sem o epíteto “escritora favelada”, “preta favelada” e outras expressões semelhantes. Na mesma direção, Farias (2018, p. 229-231) ressalta que os críticos e a imprensa apresentaram críticas explícitas à escritora, tratando-a como “escritora favelada” e “autora favelada”, ou errando, propositalmente,

⁹ Para uma definição desses conceitos, veja Cavalcante (2003) e Lima (2003).

seu nome próprio, com o fim de escamoteá-la, confundir sua imagem diante da opinião pública. Em estudo ainda mais recente, Camila Cruz (2020, p. 13), analisando o discurso acerca das posições-sujeito de Carolina no jornal O Globo, nas décadas de 1960, 1970 e 1990, observa que “[...] a autora continuou sendo inscrita na posição-sujeito denominada sujeito-escritora-favelada na mídia, antes e depois de sua morte [...]”.

Esses resultados de pesquisa parecem apontar, portanto, para um contexto amplo de produção discursiva, em importantes periódicos brasileiros, em que a escritora Carolina Maria de Jesus é representada de maneira negativa e estereotipada, conforme o olhar dos grupos dominantes.

Sob o “olhar branco” colonial

A inclusão de Carolina Maria de Jesus no campo literário, enquanto espaço hierarquizado e configurado pela distribuição desigual de bens materiais e simbólicos, não se deu sem conflitos. Se considerarmos que o campo literário é “[...] universalmente o lugar de uma luta pela definição do escritor [...]” e pelo poder de impor-lhe definição legítima (BOURDIEU, 1996, p. 254), podemos concluir que essa escritora, privada das propriedades específicas atribuídas aos dominadores, isto é, desprovida do poder de impor seus produtos e controlar os modos de avaliá-los, não ocupava no campo literário o lugar destinado aos recém-chegados, mas ao ádvena, obrigada a comprovar a relação de pertencimento.

As causas da desvalorização, deslegitimação ou exclusão social de Carolina são diversas, relacionadas ao entrelaçamento de fatores complexos, notadamente a raça, o gênero e a classe social e, vinculados a isso, progênie, estado civil, escolarização, profissão *etc.* Vale reiterar, nesse quadro, a discriminação linguística sofrida pela escritora, manifestada, conforme dissemos anteriormente, também como discriminação racial, na medida em que seus usos linguísticos são avaliados pelos dominantes como um problema intrínseco ao seu corpo racializado (cf. FLORES; ROSA, 2020; NASCIMENTO, 2019).

Observa-se, portanto, que a escritora sofreu os efeitos combinados de práticas discriminatórias bastante enraizadas na sociedade brasileira, de modo que devemos avançar em abordagens teóricas e políticas que considerem a complexidade e centralidade de suas experiências interseccionais (cf. CRENSHAW, 1989; COLLINS; BILGE, 2021).

Uma maneira de abordar essas questões é examinando o modo como o campo literário opera para a hegemonia de autores classificados como homens, brancos, de classe média e classe alta na literatura e no mercado literário (cf. DALCASTAGNÈ, 2012, 2014; FELISBERTO; RISO, 2014; PENTEADO, 2016; QUADROS, 2018; DE SÁ, 2019, 2021), perpetuando os efeitos da discriminação, especialmente acentuada no cruzamento dos eixos raça e gênero. De fato, uma análise, ainda que superficial, da historiografia literária brasileira aponta para a depreciação ou apagamento de escritoras negras. Penteado (2016), ao percorrer criticamente a obra “Literatura e resistência”, de Alfredo Bosi (2002), observa que o autor dedicou somente um parágrafo à Carolina Maria de Jesus, descrevendo-a como a “[...] favelada, apenas alfabetizada, que registrou o seu cotidiano em um diário pungente [...]” (BOSI, 2002, p. 261 apud PENTEADO, 2016, p. 19). Também nessa direção, Quadros (2018) chama a atenção para o fato de que o “Dicionário crítico de escritoras brasileiras” (2002) não apresenta Carolina como escritora literária, mas como memorialista. Para Penteado (2016, p. 20-21), a incompreensão e o silêncio que ainda hoje cercam essa escritora e sua complexa narrativa decorrem da necessidade de um olhar menos comprometido com o cânone. Ainda nessa esteira, Quadros (2018, p. 243) observa que a literatura de resistência de Carolina exige “[...] outra forma de leitura crítica”, que considere “[...] seus lugares de fala”. Dito de outro modo, o espaço negado à Carolina se deve às condições sociais de produção e conservação de um cânone de hegemonia branca.

Outro ponto comum, nos estudos de Quadros e Penteado, diz respeito ao apontamento de uma mudança visível nesse quadro social, com a introdução de pesquisas e reflexões que visam à legitimação de literaturas socialmente classificadas como marginais. Apesar de concordarmos com essa observação, é sempre necessário lembrar que efetivas mudanças no cânone implicam alguma subversão (heterodoxia) no campo literário, isto é, na rede de determinações objetivas (constrangimentos,

imposições, hierarquias de técnicas e de escolas literárias, tópicos, estilos, personas exemplares) que pesam sobre todos os agentes sociais (escritores, editores, críticos, distribuidores *etc.*) que atuam em seu interior (BOURDIEU, 1996; WACQUANT, 2005), uma vez que se trata de um campo de luta, em que os grupos providos de mais capital tendem a adotar estratégias de conservação (ortodoxia), de modo a sustentar as distinções econômicas, simbólicas e hierarquizações entre os diversos agentes sociais (BOURDIEU, 1996; WACQUANT, 2005). Implica, ainda, algumas mudanças nos demais campos que abrigam instâncias de legitimação da literatura e consagração dos escritores, como a escola, as academias literárias, as premiações *etc.*

Nesse sentido, o campo jornalístico também ocupa uma posição específica, que lhe possibilita influenciar e ser influenciado pelo campo cultural, artístico, literário. Conforme propõe Bourdieu (1997), a estrutura própria desse campo (posição dos agentes, capacidade de distribuição em relação às forças externas, capacidade de produção autônoma da informação), fortemente dominada pelas pressões do mercado, exerce efeitos nas relações de força no interior dos diferentes campos, afetando suas dinâmicas e produções. A ação dos produtores culturais (jornalistas-intelectuais, ou críticos-jornalistas, escritores-cronistas, professores-editores *etc.*), com vínculo nos diversos campos, é especialmente importante, pois, intercambiando, sempre que possível, os capitais acumulados, eles conseguem influenciar os princípios de avaliação e julgamentos críticos, orientando as escolhas e as formas de recepção de produtos culturais específicos, sob influência das sanções do mercado (BOURDIEU, 1997).

Dessa perspectiva, podemos dizer que a determinação dos produtores dos textos de ressaltar as condições sociais da favela, bem como os traços físicos de uma mulher negra, cujo corpo é historicamente marcado como exótico, diferente (cf. KILOMBA, 2019), em lugar de destacar o valor literário de sua obra ou sua trajetória como escritora, está socialmente comprometida com os interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, tal determinação atende, também, aos interesses dos autores dos textos, os quais, de modo geral, partilham uma certa percepção do mundo, relacionada às suas posições sociais, formações, convivências *etc.* (BOURDIEU, 1997).

Considerações finais

Depreende-se de alguns textos publicados pelo jornal “O Estado de São Paulo” uma relação polarizada e hierarquizada entre Carolina, socialmente inferiorizada e observada como a OUTRA, e o jornal, com seus produtores e parte de seu público. Enfatizando esse ponto crucial, é interessante retomar a análise de Frankenberg (2004) para argumentar que a apresentação do OUTRO como um corpo oprimido, emocional, sofredor, retirado de seu contexto e tipificado ou tornado genérico, contraposto a um EU-NÓS sábio, letrado, consciente e branco, é uma forma eficaz de sustentação da branquidade.

É nesse sentido que argumentamos que a construção dessas representações se faz a partir de um “olhar branco colonial” (YANCY, 2016; PAILEY, 2020; MUSILA, 2017; FLORES; ROSA, 2020), que toma a branquidade como referente universal de prestígio, poder e, também, de integridade e superioridade. Em discursos produzidos pela imprensa, o “olhar branco” pode preparar o público para rejeitar todos os que não apresentem a formação física, intelectual e cultural dos brancos.

Conforme observa Van Dijk (1993), o discurso produzido pela imprensa pode persuadir e influenciar as mentes e as práticas discursivas dos leitores/ouvintes, muitas vezes fazendo convergir opiniões, atitudes e crenças de um público amplo para um ponto de vista que atenda aos interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, se o processo de valorização da arte exige a legitimação do produtor, ação que consiste em fazer crer em sua raridade social (BOURDIEU, 1983, 1993), o posicionamento discursivo da imprensa, insistindo na apresentação de Carolina como a OUTRA-favelada-catadora, negando-lhe lugar como escritora literária, contribui justamente para o contrário, isto é, para sua deslegitimação.

Referências

- AURELI, W. Carolina Maria, poetiza preta. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 de fev. de 1940. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=21600&keyword=Carolina&anchor=141712&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=e3b5eb6743993cece51b74eeb39b5ff6>. Acesso em: 10 de out. de 2021.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2005, p. 74-82.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de, A influência do jornalismo; e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. As categorias do juízo professoral. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 185-216.
- BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154-161.
- BOURDIEU, Pierre. **The field of cultural production**: Essays on Art and Leisure. New York: Columbia University Press; 1993.
- BRASIL. Decreto nº 4.827, de 7 de fevereiro de 1924. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 fev. 1924. Seção 1, p. 4216. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4827-7-fevereiro-1924-565566-norma-pl.html>. Acesso em: 1 abr. 2023.
- CAROLINA e Jorge Amado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.461, p. 7, 29 de jul. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610729-26461-nac-0007-999-7-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.
- CAROLINA M. DE JESUS esperada no Rio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.199, p. 10, 23 de set. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600923-26199-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

CARVALHAES, A. Milhares querem saber: como vive Carolina? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.364, p. 43, 07 de abr. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610407-26364-nac-0043-fem-7-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, E. M.; MACHADO, M. N. M. **Muito bem, Carolina!** Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte. C/Arte, 2007.

CAVALCANTE, M. M. Expressões Referenciais – uma proposta classificatória. Campinas: **Caderno de Estudos Linguísticos**. vol. 44, 2003.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: UFC, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, E. R. P.; MIRANDA-RIBEIRO, A. Ganhos em expectativa de vida ao nascer no Brasil nos anos 2000: impacto das variações da mortalidade por idade e causas de morte. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1005-1015, Mar. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-952615>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CRUZ, C. M. A visibilidade de Carolina Maria de Jesus no discurso midiático. **Revista A Margem**, Uberlândia, v. 17, n. 1, jan-jun. 2020.

DA FAVELA à Vila Buarque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.183, p. 16, 04 de set. de 1960. Jornal Literário. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600904-26183-nac-0016-999-16-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

DALCASTAGNÊ, R. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÊ, R. Por que precisamos de escritoras e escritores negros? In: SILVA, C. (org.). **Africanidades e relações raciais**: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 66-69.

DE SÁ, A. P. S. **A descolonização da educação literária no Brasil**: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNLD 2015. 2019. 374 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

DE SÁ, A. P. S. Por um cânone escolar antirracista no ensino médio: um olhar aos livros didáticos de Português. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 26, p. e260092, 2021.

DIÁLOGO INFORMAL. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.364, p. 39, 07 de abr. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610407-26364-nac-0039-fem-3-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

DOMINGUES, P. J. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-599, 2002.

ESCRITORA favelada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.182, p. 12, 03 de set. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600903-26182-nac-0012-999-12-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

ESCRITORAS brasileiras em 62. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXIII, n. 26.896, p. 36, 28 de dez. de 1962. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19621228-26896-nac-0036-fem-6-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

ESTA SEMANA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.199, p. 39, 23 de set. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600923-26199-nac-0039-fem-3-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

ESTREIA “Quarto de despejo” no Teatro Bela Vista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.381, p. 12, 27 de abr. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610427-26381-nac-0012-999-12-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

FARIAS, T. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

FELISBERTO, F.; RISO, R. Cânone literário “sob rasura”: a urgência de políticas públicas para publicação/divulgação/circulação das literaturas negro-brasileira e periférica. In: SILVA, C. (org.). **Africanidades e relações raciais**: insumos para

políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 109-120.

FERNANDEZ, R. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FLORES, N.; ROSA, J. Deshaciendo la noción de adecuación: ideologías lingüístico-raciales y diversidad lingüística en educación. In: M. Niño-Murcia, V. Zavala, & S. de los Heros (Eds.), **Hacia una sociolingüística crítica: desarrollos y debates**. Instituto de Estudios Peruanos, 2020. p. 149-183.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquidade não marcada. In: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

GOMES, A. C. **História e Historiadores**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, D. Amargura, consolo, rispidez, num original da favela. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.187, p. 46, 09 de set. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600909-26187-nac-0046-fem-10-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982. p. 67-102.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 34-59.

HOFBAUER, A. O conceito de raça e o ideário de branqueamento no século XIX - bases Ideológicas do Racismo Brasileiro. **Teoria e Pesquisa**. Sao Carlos (UFSCar), v. 42-43, n. jan / jul, p. 63-110, 2003.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019**. Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.

JAQUELINE KENNEDY é a mulher do ano. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.282, p. 36, 30 de dez. de 1960. Suplemento feminino. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601230-26282-nac-0036-fem-5-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

JESUS, C. M. **Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEITURAS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.585, p. 42, 24 de dez. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611224-26585-nac-0042-999-42-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

LIMA, S. M. C. de. **(Re)categorização metafórica e humor**: trabalhando a construção dos sentidos. 2003. 171f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MAIA, C. Nu sem sedas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.462, p. 18, 30 de jul. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610730-26462-nac-0018-999-18-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

MBEMBE, A. **Critique of Black Reason**. Durham, NC: Duke University Press, 2017.

MEDEIROS SILVA, M. A. A descoberta do insólito: Carolina Maria de Jesus e a imprensa brasileira (1960-77). **Afro-Hispanic Review**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 109-126, 2010.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Sacramento: Editora Bertolucci, 2015.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos do discurso: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MUSILA, G.A. Navigating Epistemic Disarticulations. **African Affairs**, [s. l.], v. 116, n. 465, p. 692-704, 2017.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOVO LIVRO de Carolina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXIII, n. 26.599, p. 25, 10 de jan. de 1962. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620110-26599-nac-0025-999-9-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

OBJETOS para “Quarto de Despejo”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 11 de abr. de 1961. Ano LXXXII, n. 26.367, Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610411-26367-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

PAILEY, R. N. De-centring the ‘White Gaze’ of Development. **Development and Change**, [s. l.], v. 51, p. 729-745. 10.1111/dech.12550, 2020.

PEDROSO, B. Carolina de Jesus e o dia a dia da fome. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.205, p. 41, 30 de set. de 1960. Suplemento feminino. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600930-26205-nac-0041-fem-5-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 49, p. 19-32, set-dez. 2016.

QUADROS, D. M. A escritora carolina maria de jesus: legitimando seu lugar na história da literatura brasileira. **Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 243-257, jan./abr. 2018.

QUARTO DE DESPEJO em espanhol. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.554, p. 15, 16 de nov. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611116-26554-nac-0015-999-15-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

QUARTO DE DESPEJO, êxito no Rio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.239, p. 9, 10 de nov. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601110-26239-nac-0009-999-9-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

QUARTO DE DESPEJO. Em ensaios no T.B.V. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXII, n. 26.364, p. 9, 07 de abr. de 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610407-26364-nac-0009-999-9-not/busca/ensaios+TBV>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

RENK, V. E. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 223-231, July-Dec., 2014.

SAPIRO, G. Le champ littéraire français : Structure, dynamique et formes de politisation In: **Art et société**: Recherches récentes et regards croisés, Brésil/France. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/532>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TARDE DE AUTÓGRAFOS na ACF. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXXXI, n. 26.193, p. 12, 16 de set. de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600916-26193-nac-0012-999-12-not>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia**. Campos das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Elite discourse and racism**. Newbury Park, London, New Delhi: SAGE publications, 1993.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Studies: A Sociocognitive Approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Studies**. [s. l.]: Sage, 2015. p. 63-85.

VAN DIJK, T. **Discurso Antirracista no Brasil: da Abolição Às Ações Afirmativas**. São Paulo: Contexto, 2021.

WACQUANT, L. Mapear o campo artístico. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 48, 2005.

YANCY, G. **Black bodies, white gazes: the continuing significance of race in America**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

Recebido em 01/04/2023.

Aprovado em 01/03/2024.